

ANEXO V

CONDIÇÕES TÉCNICAS NECESSÁRIAS À ASSINATURA DO CONTRATO

CONCESSÃO XXXXX LINHA 16

1. CONDIÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS COMO CONDIÇÃO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

- 1.1. Para fins de comprovação das condições técnicas necessárias à assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar atestado(s) em nome da ADJUDICATÁRIA, de SUBCONTRATADO, de empresa do mesmo GRUPO ECONÔMICO, de um dos integrantes do CONSÓRCIO, ou de profissional a eles vinculado, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou por órgão de regulação e/ou de fiscalização, comprovando experiência prévia como responsável pela execução de atividades com as características, quantidades e prazos referidos a seguir:
 - i. Operação de sistema de transporte público de passageiros urbano ou metropolitano com tecnologia de metrô, de metrô leve (monotrilho, VLT) ou ferroviária, por, no mínimo, 6 (seis) meses consecutivos, com pelo menos 200 (duzentas) mil entradas de passageiros em média por dia útil;
 - ii. experiência em construção de sistema metroviário ou ferroviário de transporte de passageiros pelo método de TBM (*Tunnel Boring Machine*), de frente pressurizada, com seção mínima de 38 m² e extensão mínima de XX Km, em área urbana;
 - iii. Experiencia em construção, em área urbana, de X estações metroviárias, subterrânea com túnel convencional (NATM - New Austrian Tunnelling Method) para sistema metroferroviário de transporte de passageiros; e
 - iv. Experiencia em projeto, execução e comissionamento de sistemas de sinalização e tração metroferroviários.
- 1.2. Para o inciso i do item 1.1 acima, a experiência poderá ser comprovada por meio do somatório dos quantitativos de até 2 (dois) atestados, desde que ambos observem o período mínimo de 6 (seis) meses consecutivos de experiência.
- 1.3. Para o inciso ii e iii do item 1.1, as condições indicadas poderão ser comprovadas por meio de atestados diferentes.
- 1.4. Caso a comprovação seja feita por OPERADOR SUBCONTRATADO, deverão ser observadas as condições previstas na minuta do CONTRATO para sua contratação.
 - 1.4.1. A ADJUDICATÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE (a) a via original ou cópia autenticada do contrato celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e o OPERADOR e/ou CONSTRUTOR SUBCONTRATADO, observadas as condições exigidas pelo CONTRATO relativamente ao instrumento que vincular a CONCESSIONÁRIA e o OPERADOR SUBCONTRATADO, ou (b) compromisso firme, assinado pelo OPERADOR SUBCONTRATADO, de que o contrato referido no item anterior será firmado em até 30 (trinta) dias contados da DATA DE EFICÁCIA, observadas as condições exigidas no do CONTRATO.

- 1.5. No caso de CONSÓRCIO, admitir-se-á o somatório dos atestados de diferentes integrantes do CONSÓRCIO, contanto que observadas as limitações referentes ao número máximo de atestados.
- 1.6. Os atestados poderão se referir a contratos em andamento, desde que os quantitativos e características técnicas do objeto já realizado sejam compatíveis com os requisitos descritos no item 1.1.
- 1.7. Será considerado responsável, para fins do item 1.1:
 - i. o responsável direto, individualmente, pela gestão/administração do ativo de infraestrutura;
 - ii. o consorciado, com participação mínima de 10% (dez por cento) no consórcio responsável pela gestão/administração do ativo de infraestrutura;
 - iii. o acionista da empresa responsável, com participação acionária mínimo de 10% (dez por cento); ou
 - iv. por qualquer outra forma, participante da gestão/administração do ativo de infraestrutura, com posição que lhe confira poderes decisórios na gestão/administração do ativo de infraestrutura, inclusive, no caso de ativo detido por fundo de investimento por sua empresa gestora.
- 1.8. Para fins de comprovação dos requisitos previstos no item 1.1 por meio de atestado emitido em nome de profissional qualificado, a ADJUDICATÁRIA poderá comprovar o vínculo com o profissional mediante contrato social, registro na carteira de trabalho, ficha de empregado, contrato de trabalho ou contrato de assistência técnica.
 - 1.8.1. A comprovação do vínculo ainda poderá se dar mediante carta ou contrato de intenção firmado entre a ADJUDICATÁRIA e o profissional qualificado, ou compromisso de contratação de profissional qualificado, indicando que o profissional participará da CONCESSÃO através de uma das formas de vínculo indicadas no item anterior
 - 1.8.2. O vínculo da ADJUDICATÁRIA com o(s) profissional(is) deve permanecer, no mínimo, até a DATA DE ASSINATURA, observando-se as disposições do CONTRATO quanto à substituição do(s) responsável(is) técnico(s) por outro(s) que atenda(m) ao requisito do item 1.1.

- 1.9. Para fins de comprovação do requisito previsto no item 1.1, será admitida a apresentação de documentos equivalentes aos atestados de capacidade técnica, tais como contratos, cartas ou declarações de instituição financeira, agências reguladoras ou de poder concedente, conforme o caso, bem como demonstrações financeiras auditadas dos empreendimentos realizados ou outro documento que demonstre a experiência requerida, desde que, em qualquer caso, tais documentos sejam aptos à efetiva comprovação das experiências na execução de atividades com as características, quantidades e prazos exigidos no item 1.1.
- 1.10. Os valores indicados nos descritos documentos apresentados para fins de comprovação dos requisitos previstos no item 1.1 serão atualizados, a partir da data de referência da realização do investimento até a data da SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, com base no IPCA ou, na falta deste, por outro índice oficial de inflação.
- 1.11. A experiência exigida no item 1.1 também poderá ser comprovada por meio de atestados emitidos em nome de empresa controlada, controladora, coligada, e/ou sob controle comum da ADJUDICATÁRIA, direta ou indiretamente, e de empresa matriz estrangeira de filial brasileira, desde que a relação societária vigore desde a data anterior à da publicação do presente EDITAL.
- 1.11.1. Na hipótese do item 1.11, a ADJUDICATÁRIA deverá comprovar que a empresa detentora do atestado não incorre em nenhuma das restrições de participação na LICITAÇÃO previstas no item 7 do EDITAL.
- 1.11.2. A relação entre a ADJUDICATÁRIA e a empresa detentora dos documentos de comprovação das experiências constantes no item 1.1 deve ser comprovada mediante apresentação de:
- i. organograma do GRUPO ECONÔMICO, que demonstre a(s) relação(ões) societária(s) entre a ADJUDICATÁRIA e a empresa detentora dos referidos documentos de comprovação; e
 - ii. documentos societários, nos termos da legislação aplicável, que embasam as relações societárias indicadas naquele organograma, tais como contratos sociais, estatutos sociais, livros de registro de ações (incluindo ações escriturais), livros de registro de transferência de ações (incluindo ações escriturais) e acordos de quotistas ou de acionistas.
- 1.12. No caso de fundos de investimento, admitir-se-á atestados emitidos em nome de fundos de investimento, ou de sociedades controladas por fundos de investimento, sob a mesma gestora que a ADJUDICATÁRIA, desde que a gestora tenha atuado nesta condição durante o período de verificação da experiência que se pretende comprovar.

1.13. No caso de alterações societárias e de fusão, incorporação ou cisão de empresas, os atestados somente serão considerados se acompanhados de prova documental e inequívoca da transferência definitiva de acervo técnico, salvo se a situação se enquadrar na hipótese do item 1.1, hipótese em que deverá atender aos requisitos previstos naquele item.

1.14. Os documentos e atestados deverão ser emitidos por entidades públicas ou particulares contratantes do objeto atestado, em papel timbrado do declarante, com identificação de seu representante legal e informações para eventual contato por parte da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

1.14.1. A conformidade dos atestados e suas informações poderá ser confirmada por meio de diligência. Caso a veracidade das informações sobre a experiência não possa ser comprovada, a ADJUDICATÁRIA será inabilitada, estando sujeita às penalidades previstas neste EDITAL.

1.15. É recomendável, para efeito de padronização, que os atestados ou certidões de aptidão contenham, sem a elas se limitar, as seguintes informações ou venham delas acompanhados:

- i. Objeto;
- ii. Características das atividades e serviços desenvolvidos;
- iii. Valor total do empreendimento e percentual de participação da ADJUDICATÁRIA;
- iv. Datas de início e de término da realização das atividades e serviços;
- v. Datas de início e término da participação da empresa no Consórcio, quando o atestado tiver sido emitido em nome de consórcio;
- vi. Descrição das atividades exercidas no Consórcio, quando o atestado tiver sido emitido em nome de Consórcio, observando-se o disposto no artigo 67, § 10, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, na hipótese de o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, observado o disposto no item 1.7 para efeitos da apuração do responsável pela gestão/administração do ativo de infraestrutura;
- vii. Local da realização das atividades e serviços;
- viii. Razão social do emitente; e

ix. Nome e identificação do signatário.

- 1.16. Caso o conteúdo mínimo previsto no item acima não esteja no(s) respectivo(s) atestado(s), as informações faltantes, se necessárias, poderão ser comprovadas mediante outros documentos, incluindo, se for o caso, declaração do próprio ADJUDICATÁRIA, cabendo à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, se entender pertinente e necessário, realizar diligências para se certificar da correção da informação.
- 1.17. As comprovações exigidas no item 1.1 poderão ser feitas por meio de certidões emitidas em nome da ADJUDICATÁRIA ou de declarações da ADJUDICATÁRIA, quando se tratar de empreendimentos próprios, as quais deverão vir acompanhadas dos documentos necessários à comprovação de sua veracidade.
- 1.18. No caso de ADJUDICATÁRIA constituída sob a forma de fundo de investimento, será aceita a comprovação detida por sua gestora, devendo, nesse caso, ficar comprovada tal condição de empresa gestora.
- 1.19. No caso de ADJUDICATÁRIA constituída sob a forma de fundo de investimento, será aceita a comprovação da experiência detida por sua gestora, devendo, nesse caso, ficar comprovada tal condição de empresa gestora.